



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**  
**2ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**RESOLUÇÃO Nº 274 /2018**

**68ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 07/11/2018**

**PROCESSO Nº 1/4057/2016**

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/201620713-3**

**RECORRENTE: HELTRAN TRANSPORTES LTDA ME**

**CGF: 06.296.491-7**

**RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

**CONSELHEIRA RELATORA: Mônica Maria Castelo**

**EMENTA: OMISSÃO DE INFORMAÇÕES NA EFD.** Autuação referente à omissões de informações que deveriam ter sido transmitidas na escrita fiscal digital do contribuinte. Julgamento de 1ª Instância pela parcial procedência da ação fiscal, devido ao reenquadramento de multa mais benéfica, em decorrência de lei posterior. Confirmada a decisão proferida pela instância singular, por unanimidade de votos. Afastadas as preliminares de decadência e nulidades suscitadas. Recurso Ordinário conhecido e não provido, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Aplicação da penalidade prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017.

**PALAVRAS-CHAVE: Omissão – Informações - EFD**

**RELATÓRIO**

Consta do Auto de Infração submetido a exame o seguinte relato:

OMITIR INFORMAÇÕES EM ARQUIVOS MAGNÉTICOS, OU NESSES INFORMAR DADOS DIVERGENTES DOS CONSTANTES NOS DOCUMENTOS FISCAIS. O CONTRIBUINTE DEIXOU DE INFORMAR VÁRIOS DOCUMENTOS FISCAIS NA SUA ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – EFD. SEGUE EM ANEXO PLANILHA DEMONSTRATIVA E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**  
**2ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

O agente fiscal indicou, como dispositivos infringidos o art. 276-A, §§1º E 3º do Decreto nº24.569/97 e aplicou a penalidade prevista no art. 123,VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 13.418/03.

**Demonstrativo do Crédito  
Tributário(R\$)**

<b>Multa</b>	<b>32.238,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>32.238,00</b>

Nas informações complementares o agente autuante informa que os dados para o levantamento fiscal apresentado foram extraídos de informações fornecidas pelo laboratório fiscal da SEFAZ, pelas informações fornecidas pelo contribuinte por meio da EFD, conforme Declaração de Opção de arquivo eletrônico e demais informações extraídas dos sistemas da SEFAZ. Após a análise dessa documentação foi verificado que o contribuinte deixou de escriturar diversos documentos fiscais na sua EFD, referente ao exercício de 2011, conforme discriminado em planilhas em anexo.

Constam no caderno processual os seguintes documentos: “ Mandado de Ação Fiscal n. 2016.06025, Termo de Início de Fiscalização 2016.08435; Termo de Conclusão de Fiscalização n. 2016.15916; Declaração de Opção, planilhas, listagem de postagem, comprovante de entrega dos ARs.

A empresa inconformada com a lavratura do auto de infração apresenta impugnação com os seguintes pontos:

- I- Que o crédito fiscal se encontra fulminado pela decadência, relativo ao fato gerador ocorrido até 03/10/2011;
- II- Que o auto de infração deve ser julgado nulo por falta de clareza e de provas do cometimento da infração;



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**  
**2ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

Na Instância monocrática, o Julgamento Singular nº 321/18 rejeitou a preliminar de extinção pela decadência, afastou as nulidades suscitadas e decidiu pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da autuação, devido a redução da multa, em observância a modificação trazida pela Lei nº16.258/2017..

A empresa irresignada com a decisão singular apresenta recurso ordinário, aduzindo basicamente as mesmas razões da peça impugnatória.

O Parecer da Assessoria Processual Tributária nº197/2018, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado, rejeitou a preliminar de extinção pela decadência, afastou as nulidades suscitada e opinou por conhecer do recurso ordinário, negar-lhe provimento, para que seja mantida a decisão singular de **parcial procedência** do auto de infração.


É o breve relato.

**02 – VOTO DA RELATORA**

Trata-se de recurso ordinário interposto pela empresa autuada, HELTRAN TRANSPORTES LTDA ME, CGF: 06.296.491-7, em virtude da decisão de parcial procedência da primeira instância.

Com relação à primeira preliminar, envolvendo a decadência do lançamento, devendo ser aplicado o artigo 150, § 4º do CTN, é de bom alvitre ressaltar que foi editada a Súmula nº 555, do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

“Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a

 3/6



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**  
**2ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa”.

Percebe-se que, nos termos da Súmula, quanto ao pedido da Recorrente de decadência, relativo ao fato gerador ocorrido até 03/10/2011, entendemos que ao caso em tela, aplica-se o disposto no artigo 173, I c/c art.149 do CTN, estando o lançamento do auto de infração dentro do prazo legal.

Frise-se que, no presente caso, não houve declaração do débito por parte do contribuinte, as informações foram extraídas dos registros contidos nos sistemas de controle da SEFAZ, portanto incabível a aplicação do artigo 150, §4, do CTN.

Quanto à nulidade da autuação por falta de clareza e de provas do cometimento da infração, entendo que não cabe prosperar, posto que constam as informações necessárias nos autos por meio das informações e das planilhas anexas que caracterizam o ilícito apontado.

No caso em questão a empresa autuada é acusada de omitir na Escrita Fiscal Digital-EFD, informações referentes a diversos documentos fiscais.

Importante observar que a obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos, de acordo com fincado no art. 113, § 2º do Código Tributário Nacional-CTN.

E, ainda, que o fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal, conforme o estatuído no art. 115 do CTN.

Nesse sentido, de acordo com a legislação tributária vigente o contribuinte autuado está obrigado entregar, quando solicitado, a DIEF, ou a EFD, devendo para tanto fazer a opção por meio de declaração por qual arquivo prefere ser fiscalização, nos termos



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**  
**2ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

estabelecidos na Instrução Normativa n. 37/2014. Consta às fls.08 do processo que o contribuinte fez a opção de ser fiscalizado pela EFD.

Assim, a Fiscalização ao analisar as informações contidas na EFD da empresa, constatou que ocorreram omissões de informações, durante o exercício de 2011, violando a legislação do ICMS, nos termos do artigo 276-A, §3º do Decreto nº24.569/97.

Diante dos fatos mencionados ficou patente a violação do art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96 – LICMS. No entanto, a Lei nº16.258/2017, alterou a Lei nº 12.670/96, reduzindo a penalidade. Como o ato não foi definitivamente julgado, aplica-se o disposto no artigo 106 do CTN. O Provimento nº 001/2017, art.2º do Conselho de Recursos Tributários do CONAT, dispensou a interposição de Reexame necessário.

Calha destacar o artigo 117 da LICMS, aduzindo que infração é toda ação ou omissão, voluntária ou não, praticada por qualquer pessoa, que resulte em inobservância de norma estabelecida pela legislação pertinente ao ICMS.

<b>Demonstrativo do Crédito Tributário(R\$)</b>	
<b>Multa(2%)</b>	<b>2.191,57</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.191,57</b>

***Pelo exposto, VOTO*** no sentido de conhecer do recurso ordinário, negar-lhe provimento, para decidir pela **parcial procedência** da autuação.

**DECISÃO**

Processo de Recurso nº 1/4057/2016 – Auto de Infração: 1/201620713. Recorrente: HELTRAN TRANSPORTES LTDA ME. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: Conselheira MÔNICA MARIA CASTELO. Decisão: A 2ª Câmara de Julgamento

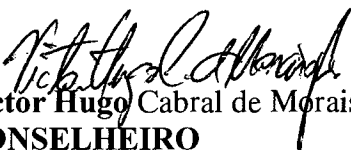


**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**  
**2ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, afastar as preliminares de extinção e nulidades nele suscitadas, adotando os fundamentos contidos no Parecer da Assessoria Processual Tributária. No mérito, também por unanimidade de votos, resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão parcialmente condenatória exarada em 1ª Instância. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 14 de 12 de 2018.

  
Antônia Helena Teixeira Gomes  
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

  
Victor Hugo Cabral de Moraes Junior  
CONSELHEIRO

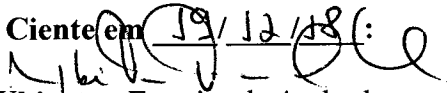
  
Agatha Louise Borges Macedo  
CONSELHEIRA

  
Mônica Maria Castelo  
CONSELHEIRA

  
Deyse Aguiar Lobo  
CONSELHEIRO

  
Francisco Wellington Avila Pereira  
CONSELHEIRO

  
Pedro Jorge Medeiros  
CONSELHEIRO

Ciente em 19/12/18:  
  
Ubiratan Ferreira de Andrade  
PROCURADOR DO ESTADO